

## GESTÃO 2016-18

### **CORREGEDOR-GERAL**

Marco Antônio Chaves da Silva

### **SUBCORREGEDORA-GERAL**

Terezinha Maria Lôbo Santos

## MEMBROS CORREGEDORES

### **SECRETÁRIA-GERAL DA CGMP**

Aracy Dias da Silva

### **CHEFE DE GABINETE DA CGMP**

Solange de Lima Rios

### **PROCURADORA DE JUSTIÇA**

Sheila Cerqueira Suzart (\*) (\*\*)

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Paulo Gomes Júnior (\*) (\*\*\*)

### **PROCURADORA DE JUSTIÇA CORREGEDORA**

Cláudia Carvalho Cunha dos Santos

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA CORREGEDOR**

Danilo Monteiro de Araújo Oliveira

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA CORREGEDOR**

Manoel Candido Magalhães de Oliveira

### **PROMOTORA DE JUSTIÇA CORREGEDORA**

Adriana Imbassahy G. Moreira Lagrota

### **PROMOTORA DE JUSTIÇA CORREGEDORA**

Renata Barros Dacach Assis

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA CORREGEDOR**

Hugo Fidelis Teixeira de Araújo

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA CORREGEDOR**

Rafael Carvalho Andrade

### **PROMOTORA DE JUSTIÇA**

Cláudia Luíza Ribeiro Elpídio (\*)

### **PROMOTOR DE JUSTIÇA**

André Bandeira de Melo Queiroz (\*)

(\*) Membros que integraram a equipe no biênio 2016-18.

(\*\*) Secretária-Geral da CGMP até 15 de setembro de 2016.

(\*\*\*) Chefe de Gabinete da CGMP até 04 de fevereiro de 2018.

Figura 1 - Membros Corregedores.



## SERVIDORES

### **COORDENADOR TÉCNICO**

Tiago Miranda de Magalhães

### **ASSESSOR TÉCNICO**

Eurico José Cruz da Matta

### **ANALISTA TÉCNICO**

Antônio Vivaldo de Oliveira Filho

### **ANALISTA TÉCNICO**

Erique de Assis Bomfim

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO I**

Andreia Assis Massa

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO I**

Eutália Maria Marques Magalhães

### **COORDENADOR ADMINISTRATIVO III**

Thays Silva Santos

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO II**

Sula Morgana de Matos Brandão

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO II**

Patrícia Maria Seixas Ribeiro

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO II**

Miucha Rocha Ramos Almeida

### **OFICIAL ADMINISTRATIVO II**

Eliezer Santos Santana

### OFICIAL ADMINISTRATIVO III

Vladimir Lenin Oliveira Modesto Cruz

### ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Adrielle Barradas Cardoso Said

### ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Ana Paula Angeline Uzêda Lodi

### ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Ana Rosa Silva Mascarenhas (\*\*\*\*)

### ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Fernanda Braga Pereira Veloso

### ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Renata Moraes Campos

## Ministério Público do Estado da Bahia Corregedoria-Geral

Cultuando as lições de César Salgado, destinadas a todos os integrantes do Ministério Público, como referência de valores éticos a serem observados no desempenho da atividade funcional, a Corregedoria-Geral do MP Bahia fomenta o resgate do compromisso individualmente assumido, visando contribuir para o fortalecimento dos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional, como alicerces numa consecução da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis no Estado de direito contemporâneo.

- Sê digno de tua grave missão. Lembra-te de que falas em nome da Lei, da Justiça e da Sociedade.
- Sê probo. Faze de tua consciência profissional em escudo invulnerável às paixões e aos interesses.
- Sê sincero. Procura a verdade, e confessa-a, em qualquer circunstância.
- Sê justo. Que teu parecer dê a cada um o que é seu.
- Sê nobre. Não convertas a desgraça alheia em pedestal para teus êxitos e cartaz para tua vaidade.
- Sê bravo. Arrosta os perigos com destemor, sempre que tiveres um dever a cumprir, venha o atentado de onde vier.
- Sê cortês. Nunca te deixes transportar pela paixão. Conserva a dignidade e a compostura, que o decoro de tuas ações exige.
- Sê leal. Não macules tuas ações com o emprego de meios condenados pela ética dos homens de honra.
- Sê independente. Não te curves a nenhum poder, nem aceites outra soberania, senão a Lei.

Figura 2 - Equipe de Apoio Técnico.



Figura 3 - Posse do Corregedor-Geral, 09/05/16.



A posse, ocorrida no dia 9 de maio de 2016, deu início à gestão do Procurador de Justiça Marco Antônio Chaves da Silva como Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.

## APRESENTAÇÃO

Ao buscarmos, na linha do tempo, alguns fatos dignos de registro, destacamos que uma das primeiras iniciativas de nossa gestão foi a renovação quase integral da equipe de Membros Assessores da Corregedoria-Geral. Ressalte-se que, apesar de termos recebido da gestão anterior uma estrutura de trabalho projetada para seguir um Plano Diretor para os anos de 2016 a 2019, concebido com o propósito de adotar as ferramentas do planejamento estratégico e de proporcionar uma continuidade administrativa com maior eficiência, acreditávamos em um novo perfil para a Corregedoria-Geral, face às constantes transformações advindas da relação de confiança entre a sociedade e o Ministério Público, assim como das implicações destes reflexos nas relações interpessoais.

Assim, apostamos que um desafio inovador seria compensador, pois percebíamos que, para poder detectar as carências e as necessidades institucionais, a implantação de uma nova metodologia de trabalho, com um viés estritamente técnico, exigiria que o gestor e a sua equipe de assessores estivessem com a percepção mais atualizada da condição enfrentada pelos investigados. Este foi um dos requisitos para o exercício da função correicional na CGMP 2016/2018. Dessa forma, pudemos conceber uma verdadeira imersão no contexto do período em que o problema fora detectado, considerando o estágio da carreira, as expectativas nutridas quanto ao aperfeiçoamento funcional e quais posturas deveriam, necessariamente, virem a ser adotadas como paradigmas, para a construção de um Ministério Público mais efetivo.

Assim, foram delineados os nossos principais objetivos, quais sejam:

- a) desmistificar os preconceitos e os valores equivocados disseminados ao longo de décadas;
- b) possibilitar um resgate da relação de credibilidade entre o papel orientador e os princípios institucionais da unidade e da indivisibilidade, sem violação da independência funcional;
- c) resgatar o fator motivacional que nutriu os anseios de todos que adotaram o Ministério Público como uma Instituição permanente e que nela passaram a atuar, imbuídos do propósito de contribuir com o seu fortalecimento;
- d) adotar as providências legais para apurar e aplicar as sanções cabíveis nas faltas funcionais.

Com estas premissas, priorizamos a informatização dos procedimentos internos, com o provimento da Subunidade de Tecnologia da Informação, transformando, pouco a pouco, a rotina antes adotada, proporcionando uma melhor qualificação e a otimização dos recursos humanos do órgão.

Fizemos o acompanhamento de uma turma de Promotores de Justiça em estágio probatório, adotando pioneiramente um sistema completamente informatizado, que já era um sonho, mas virou realidade. Apesar disso, foram mantidas as Visitas de Inspeção e as reuniões presenciais com estes Promotores de Justiça, para o esclarecimento acerca dos critérios de avaliação previamente definidos, resultando na diminuição de custos operacionais e numa aproximação do órgão de controle, em uma etapa muito importante na carreira.

A descentralização administrativa foi concebida para facilitar o acesso da sociedade à Corregedoria-Geral, levando-se em conta a enorme extensão territorial do nosso Estado e a importância de possuir uma base administrativa de apoio diferente da nossa sede. Assim, instalamos duas unidades descentralizadas: uma em Barreiras, com a designação de um Promotor de Justiça Corregedor, e outra em Salvador, na sede de Nazaré, onde os plantões diários passaram a ser cumpridos.

O cronograma de Correições foi observado, nos anos de 2016 e 2017, em pelo menos 1/3 das Promotorias de Justiça, e iniciado em 2018 com novas diretrizes, visando aprofundar a aferição dos serviços, de forma mais detalhada, com o fomento a uma constante alimentação dos dados nos sistemas informatizados, bem como a uma análise qualitativa dos trabalhos desenvolvidos e à compreensão do enorme desafio atual, face ao diagnóstico divulgado pelo CNMP da carência de Promotores de Justiça em relação ao número de habitantes.

Esta realidade, além de resultar em acúmulo permanente de atribuições, com sobrecarga de trabalho, quando desacompanhada de uma estrutura organizacional e administrativa, também implica numa elevação do déficit de atenção institucional nas comunidades desassistidas.

Nesse contexto, percebendo a necessidade de uma melhoria organizacional nas Promotorias de Justiça, a Corregedoria-Geral idealizou e executou o PROIN - Projeto de Regularização, Organização e Inserção no sistema informatizado de todos os procedimentos em curso nas Promotorias, que mobiliza os esforços institucionais numa política de completa informatização dos órgãos de execução, sob a supervisão de Promotores de Justiça Corregedores, Promotores de Justiça designados e servidores, que, inclusive, resultou em exitosas realizações em Correntina, Santa Maria da Vitória, Paratinga, Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana, Taperoá e Alcobaça.

Por seu turno, a prioritária função de orientação contou com a realização de Seminários de Orientação Funcional - SOF, com a exposição de temas relevantes, possibilitando a convocação de Promotores de Justiça vinculados às Promotorias Regionais mais próximas àquela da realização do evento. Vale ressaltar que, com a parceria dos Centros de Apoio Operacional, foi viabilizada a circularização mais efetiva da teoria e da prática institucional especializada, tendo, inclusive, proporcionado um salutar compartilhamento de expertise entre os Membros, pois, conquanto estivesse o expositor trabalhando na mesma localidade, muitos não estavam acompanhando, com um nível de detalhamento necessário, o trabalho que era por ele desenvolvido.

As boas práticas constatadas nos revelaram a importância de proporcionar a difusão do trabalho de dedicados Promotores de Justiça, face aos resultados obtidos com as suas iniciativas, indicando a necessidade de promover novos seminários, estimulando a ação em todo o Parquet baiano.

Com este desafio, foram debatidas questões institucionais das mais relevantes para o Ministério Público, como a Carta de Brasília e o fomento a um Ministério Público Resolutivo, que depois foram sendo trabalhadas de forma temática, a partir do III SOF (realizado em Salvador), em parceria com a Corregedoria Nacional.

Esperamos que esta sucinta apresentação estimule a leitura dos dados coletados, que ora são encaminhados.

---

**Marco Antônio Chaves da Silva**

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia  
Biênio 2016-18

---

## MENSAGEM DA SUBCORREGEDORA-GERAL DO MP/BA

---

Convidada pelo eminente Corregedor-Geral do Ministério Público da Bahia, Dr. Marco Antônio Chaves da Silva, para exercer a honrosa função de Subcorregedor-Geral, a despeito de aprioristicamente desconhecer, in concreto, a atuação típica da Corregedoria, aceitei o desafio, imbuída do desiderato de capacitar-me e contribuir para o desempenho do honroso mister, objetivando cooperar para o alcance, dentre outras funções, de um Ministério Público Resolutivo.

Neste caminhar, ao ter o privilégio de substituir o Corregedor-Geral em diversas oportunidades, procedi à expedição de inúmeros Ofícios, tomada de decisões e participação em Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e de seu Órgão Especial, bem como do Conselho Superior do Ministério Público, oportunidades em que pude tornar exequíveis as funções da Corregedoria, tanto de orientação quanto de controle interno, quando da prolação de votos. Noutras ocasiões, realizei, por delegação, diversos atos instrutórios em procedimentos e em processos administrativos disciplinares (PAD), inclusive presidindo audiências na capital, bem como em Promotorias de Justiça do interior do Estado, além da emissão de Pareceres, elaborando Relatórios conclusivos circunstanciados.

Destaco a participação em diversas reuniões mensais internas da Corregedoria-Geral para tratar de assuntos de planejamento, gestão e execução de matérias pertinentes ao Órgão Correicional, que muito contribuiu para o entrosamento da equipe de Corregedores, servidores e serviços do Órgão Correicional.

Ressalto a realização de correições ordinárias e elaboração dos respectivos relatórios em diversas unidades do MPBA (especificamente no Núcleo do Júri - NUJ, Núcleo de Investigação de Crimes Atribuídos a Prefeitos - CAP, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher - GEDEM, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Educação - GEDUC, Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde - CESAU, Grupo de Atuação Especial em Defesa da Saúde - GESAU, Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - GEIDDEF, além de correições em Procuradorias de Justiça).

Saliento a apresentação de 4 (quatro) propostas para atender a solicitação do então Corregedor Nacional para instruir o Procedimento de Estudos e Pesquisas n.º 02/2017, oriundo do Conselho Nacional do Ministério Público, cujo objeto foi analisar a atuação do Ministério Público junto aos Tribunais, tendo inclusive comparecido a Audiência Pública realizada em Brasília, no CNMP, para tal finalidade, que resultou na edição da Recomendação n.º 57/2017-CNMP, acerca da temática em questão. Tive a honra, ademais, de compor o Grupo de Trabalho (GT) de Formulação de Propostas para alteração da Lei Complementar Estadual n.º 11 de 1996, cujos trabalhos encontram-se em andamento.

Relevou-se sobretudo a qualidade intelectual do trabalho desenvolvido pelos membros da Corregedoria no curso desta gestão bienal, cada um com qualidades peculiares e comprometidos com os encargos cometidos, além das proveitosas e cordiais relações funcionais, num saudável espírito de equipe. De igual maneira, a equipe de servidores da CGMP, com sua atuação atenta e proativa.

Destarte, os resultados alcançados são, com efeito, frutos de um esforço coletivo, sem embargo das habilidades individuais e de alguns resultados nessa linha logrados com tais labores. Nos dois últimos anos, logrando atingir as metas traçadas, é forçoso, portanto, concluir pelo êxito da gestão 2016/2018 da Corregedoria-Geral do MPBA.

---

**Terezinha Maria Lôbo Santos**

Subcorregedora-Geral do Ministério Público do Estado da Bahia  
Biênio 2016-18

---

## SUMÁRIO

---

<b>1</b>	<b>Proposições para o Biênio 2016-18 .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Informatização da Corregedoria-Geral do MP/BA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Sistema SIGA/CGMP.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2</b>	<b>Sistema ÉTICO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1.3</b>	<b>Desenvolvimento do Sistema RADAR .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2</b>	<b>Atividades correicionais realizadas .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.1</b>	<b>Correições .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Visitas de Inspeção .....</b>	<b>18</b>
<b>1.3</b>	<b>Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares instaurados .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>Outras iniciativas adotadas .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Reestruturação Física da CGMP.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Descentralização da CGMP.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>O PROIN e a organização das Promotorias de Justiça do interior .....</b>	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>Seminários de Orientações Funcionais – SOF .....</b>	<b>23</b>
<b>2.5</b>	<b>Acompanhamento informatizado do Estágio Probatório .....</b>	<b>32</b>
<b>2.6</b>	<b>Estudo acerca da desativação de Promotorias de Justiça no interior.....</b>	<b>33</b>
<b>3</b>	<b>Agenda da Corregedoria-Geral .....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>Execução Orçamentária da CGMP.....</b>	<b>35</b>
	<b>Mensagem Final: Caminhando com a Corregedoria .....</b>	<b>36</b>

# 1. PROPOSIÇÕES PARA O BIÊNIO 2016-18

Antes do início desta gestão, foram apresentadas ao Colégio de Procuradores de Justiça as seguintes propostas:

- Informatização do órgão, com a mudança do perfil dos trabalhos internos da CGMP, como acontece em outros estados;
- O acompanhamento das informações por sistema, possibilitando a identificação dos locais de inspeções ou correições;
- Utilização do sistema de informação do órgão correicional, para estabelecer parâmetros de avaliação de produtividade, respeitando-se as peculiaridades das atividades funcionais;
- A parametrização dos trabalhos deverá observar o período, as áreas de atuação e o efetivo exercício funcional;
- O acompanhamento das metas de gestão estratégica mais efetivo, com ajustes em face do acúmulo de atribuições atual;
- A otimização dos recursos orçamentários da CGMP, para viabilizar nas viagens, o uso de passagens aéreas, evitando, assim, deslocamentos longos pelas estradas;
- Encaminhar ao Colégio de Procuradores sugestão de alteração legislativa visando o término da recondução ao cargo de Corregedor-Geral;
- Encaminhar ao Colégio de Procuradores sugestão de alteração legislativa do número de Subcorregedores, em face do aumento das promotorias de entrância final;
- Encaminhar ao Colégio de Procuradores sugestão de alteração legislativa na escolha dos Subcorregedores, passando a ser feita por eleição, na mesma época da eleição do Corregedor-Geral;
- Encaminhar ao Colégio de Procuradores sugestão de atualização legislativa do capítulo dos procedimentos administrativos, com análises de outros modelos vigentes;
- Atualização do regulamento do estágio probatório;
- Cumprir o estatuído no art. 29, II, da Lei Complementar nº. 11/96, enviando relatórios reservados das inspeções realizadas nas promotorias ao Conselho Superior do MP;
- Realizar, de ofício ou por determinação do CSMP, inspeções para verificação da regularidade de serviço dos inscritos à promoção ou remoção voluntária, conforme dispõe o art. 29, XII, da Lei Complementar nº. 11/96.

## 1.1. INFORMATIZAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MP/BA

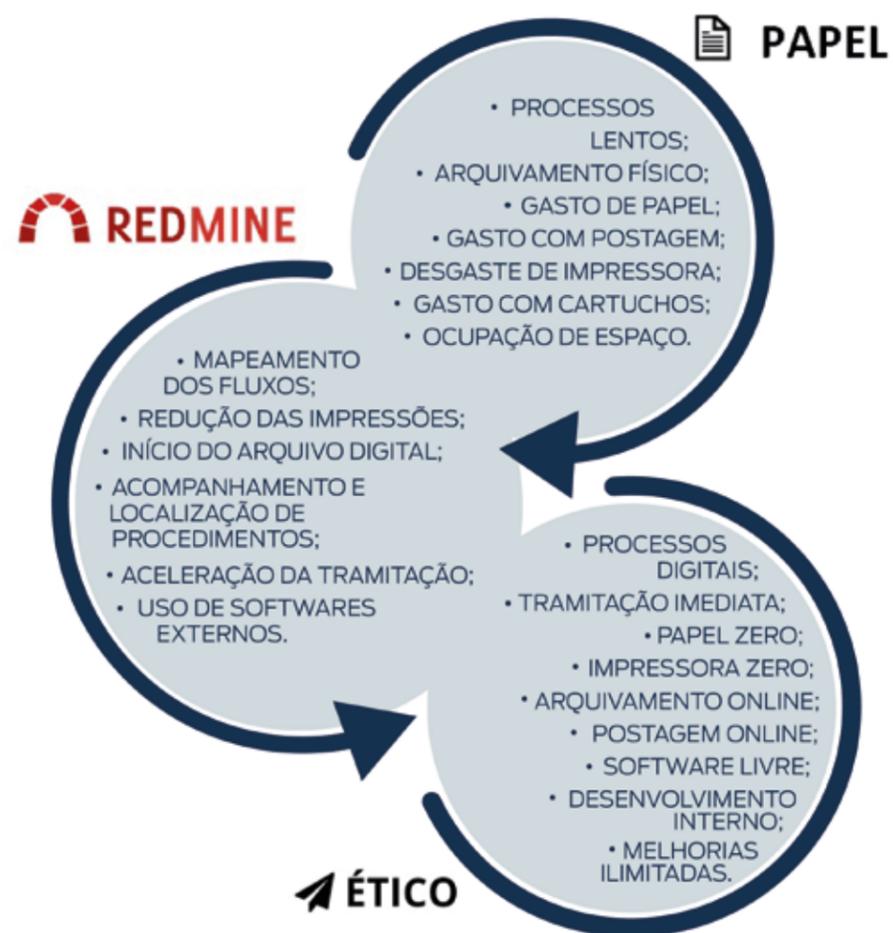
A informatização dos processos na CGMP iniciou-se com a implantação do software livre Redmine (internamente denominado de Sistema de Gestão de Demandas – SGD), em junho de 2016. Com ele, deu-se início ao mapeamento de fluxos e de procedimentos internos, aperfeiçoando a edição dos documentos, com otimização do tempo, conduzindo, assim, as rotinas dinamizadas com ciência de todas as etapas de trabalho.

A natural evolução tecnológica do órgão correicional resultou no conceito amplamente difundido do procedimento digital e a necessidade da construção de uma solução

tecnológica, sem custo (software livre), segura e dinâmica, para gerar os processos, facilitando a tramitação puramente eletrônica, do protocolo até a postagem. Com esse propósito, a subunidade de Tecnologia da Informação da CGMP desenvolveu o Sistema ÉTICO.

O Infográfico abaixo resume os desafios vencidos e as características adquiridas durante o processo.

Figura 4 - Infográfico.



### • 1.1.1. SISTEMA SIGA/CGMP

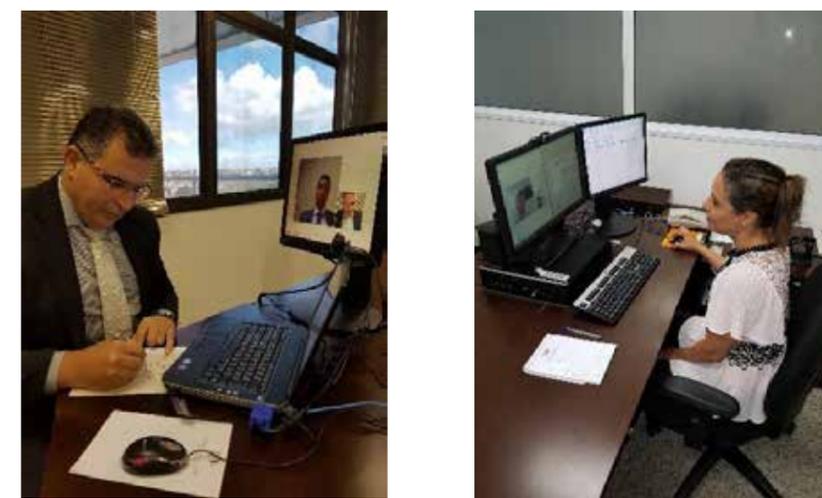
O processo de informatização iniciou-se em 2012 com a construção de um sistema de gestão para CGMP, com ênfase na possibilidade de correções e inspeções virtuais. Nesse sentido, nascia o planejamento para os primeiros módulos do SIGA – Corregedoria. O desenvolvimento do sistema levou mais de quatro anos.

Figuras 5 e 6 - Tela do Sistema SIGA.



Em fevereiro de 2017, realizou-se a primeira Visita de Inspeção Virtual no MPBA. No decorrer do mesmo ano, foram concretizadas outras 30 (trinta) Inspeções Virtuais, resultando em uma economia para os cofres públicos, estimada em cerca de 100 (cem) mil reais, além da praticidade gerada pelo procedimento virtual, da redução do impacto no funcionamento da Promotoria Inspeccionada, bem como da agilidade na confecção de relatórios e envio de pendências apontadas pelos Membros Corregedores. Ademais, a virtualização reduziu os deslocamentos e, conseqüentemente, resultou em maior qualidade de trabalho para os integrantes deste órgão correicional.

Figuras 7 e 8 - Inspeções Virtuais.



## • 1.1.2 SISTEMA ÉTICO

Em setembro de 2016, a Subunidade de Tecnologia da Informação da CGMP passou a evoluir o conceito de uso da tecnologia com os primeiros protótipos do Sistema ÉTICO.

Figuras 9 e 10 - Telas do Sistema ÉTICO.



A primeira versão do sistema foi colocada em funcionamento em maio de 2017, regulamentada pelo Ato nº. 11/2017 – CGMP/BA. Esse sistema acarretou, até fevereiro de 2018, numa economia de 56.447 folhas de papel de 1.608 procedimentos. O intuito é que toda a tramitação de documentos entre a Corregedoria-Geral e os Membros do MPBA seja feita pelo ÉTICO, incluindo petições, preenchimento de formulários, atas de reuniões de promotorias regionais, modelos de relatórios referentes às recomendações do CNMP, dentre outras comunicações. O Sistema foi integralmente desenvolvido com tecnologia de código aberto - o CMS Drupal.

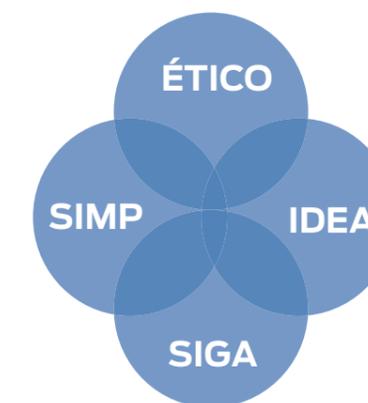
Figura 11 - Gráfico nº de folhas de papel A4 economizadas mês a mês.



## • 1.1.3. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA RADAR

Em novembro de 2017, a Subunidade de Matemática, Estatística e Gestão de Processos de Qualidade concluiu o primeiro protótipo do sistema gerador de Relatório Avaliativo dos Dados e da Atuação para os Resultados do MP/BA – Sistema RADAR. Gerando dossiês comparativos da atuação entre Membros, observando as especificidades das áreas de atuação e as respectivas atribuições de cada órgão/unidade, nele é possível fazer, com o uso de Business Intelligence – B.I., o cruzamento dos dados de produtividade registrados nos sistemas ÉTICO, SIMP, SIGA e IDEA, além da base de dados da própria CGMP/BA.

Figura 12 - Cruzamento de dados no Sistema RADAR.



SISTEMA RADAR

## 1.2. ATIVIDADES CORREICIONAIS REALIZADAS

### • 1.2.1 CORREIÇÕES

Cumprindo o papel fiscalizador das corregedorias, destaca-se o total de 573 correições, realizadas em 2016-2018 (até fevereiro de 2018).

Figura 13 - Nº de C.O. nos PJs da Turma de 2016.

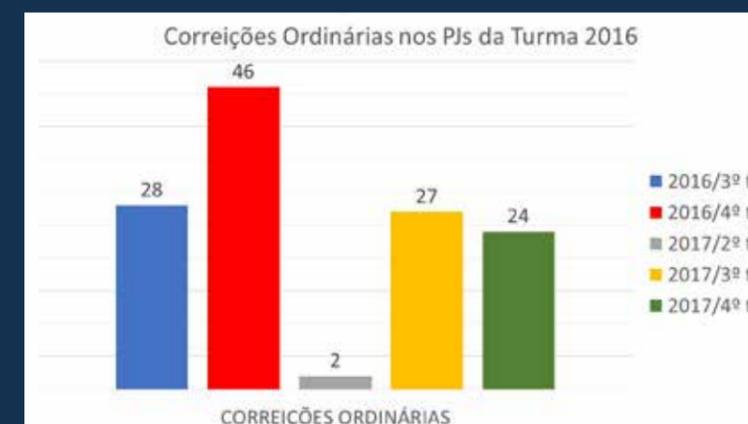
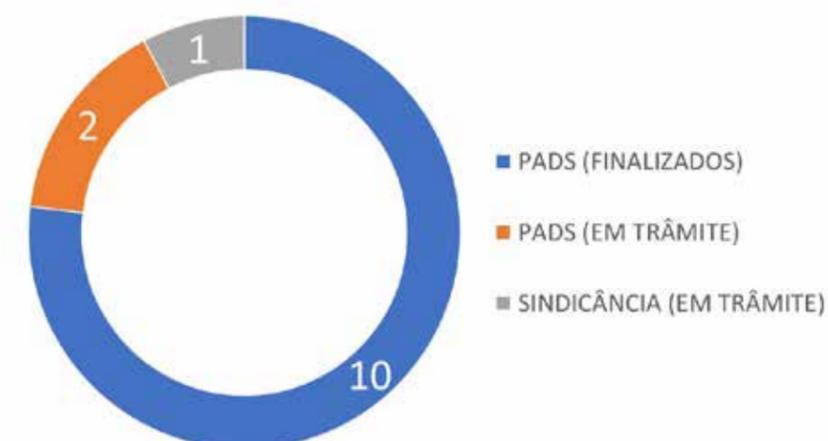


Figura 14 - Nº de C.O., C.E. e V.I. em Membros Vitaliciados.



### 1.3. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INSTAURADOS

Figura 15 - Nº de Medidas Disciplinares.



#### • 1.2.2 VISITAS DE INSPEÇÃO

Constando como proposição para a efetivação de atribuição inserida na LOMP, a Corregedoria-Geral do Ministério Público passou a realizar inspeções para aferição de regularidade do serviço dos Membros habilitados a concurso de promoção ou remoção.

Esta iniciativa revelou-se acertada quando, em debate advindo de um caso concreto tramitado no Conselho Superior - CSMP, o parecer emitido pela CGMP foi relativizado quanto a ser um pressuposto necessário à promoção de Membro através do critério de merecimento.

Nessa oportunidade, o caso foi submetido à apreciação, em sede de recurso administrativo, no próprio CSMP, tendo a CGMP logrado uma importante vitória no que se refere à reafirmação da sua atribuição para a fiscalização da regularidade do serviço dos membros inscritos em edital de promoção ou remoção.

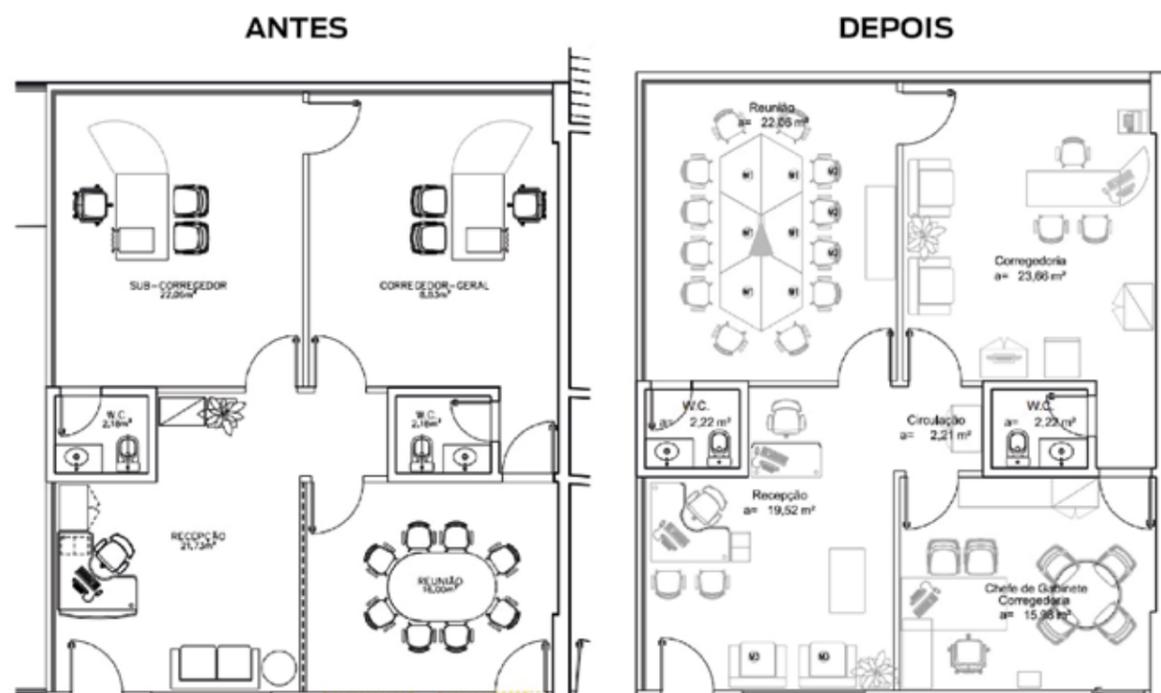
Assim, instituiu-se dentro da Corregedoria-Geral a prática de realizar Visitas de Inspeção em cada uma das Promotorias de Justiça, cujos representantes estivessem habilitados a concorrer às vagas de promoção ou remoção em editais abertos com esse propósito, com vistas a aferir, com maior precisão, a regularidade do serviço de tais Membros, para cumprimento do quanto disposto nos artigos 29, XII e 112, I da LC nº 11/96 e artigo 4º, “f” e “l” da Resolução 55/96 da CGMP 112, I da LC nº 11/96, garantindo, com isso, uma maior segurança no provimento das vagas ofertadas.

### 2. OUTRAS INICIATIVAS ADOTADAS

#### • 2.1 REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DA CGMP

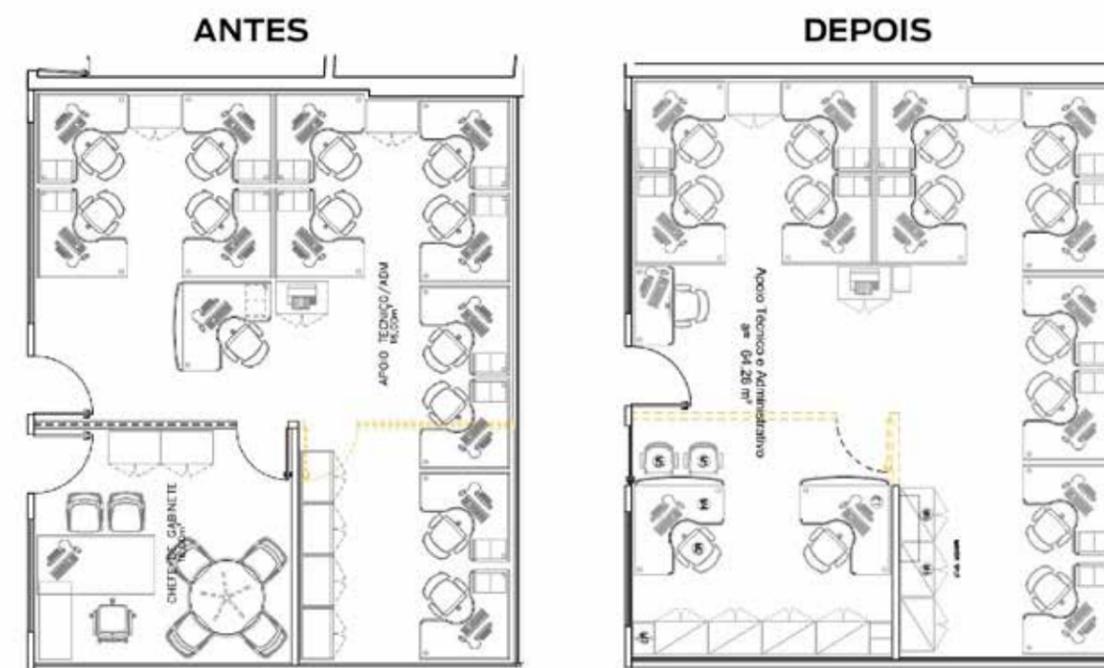
A primeira ação da gestão foi a mudança da disposição do espaço físico das salas da CGMP na sede CAB, colocação de película garantindo privacidade dos integrantes deste órgão e a instalação de controle de acesso biométrico visando conferir um ambiente mais seguro, prevalecendo-se do caráter de confidencialidade necessário ao desenvolvimento das atividades correicionais.

Figura 16 - Gabinete do Corregedor-Geral.



Em resumo, a recepção da Corregedoria-Geral foi redesenhada visando a ampliação do espaço para a humanização e um melhor funcionamento. A sala de reuniões foi ampliada em aproximadamente 38%, de sua área, e foi dotada de computador e projetor, transformando num espaço multimídia interligado os setores da CGMP e do MP através de videoconferência. Além disso, houve a transposição da Galeria dos Corregedores-Gerais para o corredor, permitindo uma maior visibilidade.

Figura 17 - Sala do Apoio Técnico.



O Apoio Técnico-Administrativo teve aumento aproximado de 25% de espaço, o que permitiu a melhor disposição dos servidores em suas subunidades, garantindo mais privacidade, gerando foco nas atividades desenvolvidas.

## • 2.2 DESCENTRALIZAÇÃO DA CGMP

Com o objetivo de aproximar a Corregedoria do próprio MP e do cidadão, possibilitando a ampliação do atendimento ao público e o suporte estrutural às Promotorias Regionais mais distantes, foi criada a primeira Unidade Descentralizada (UD) da CGMP em Barreiras. Na sede do MP em Nazaré foi implantada a segunda UD, visando maior aproximação com as PJs da Capital, com o atendimento de segunda a sexta-feira, no horário de funcionamento do MP, com a presença de um Membro Corregedor e de servidores para apoio.

Figura 18 - U.D. - Nazaré.



Figura 19 - U.D. Barreiras .



### • 2.3 O PROIN E A ORGANIZAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO INTERIOR

Observando que a realidade das PJs do interior, principalmente as de entrância inicial, revelavam uma desorganização administrativa que inviabilizava o funcionamento regular e o controle das atividades funcionais, a CGMP concebeu e efetivou um projeto denominado PROIN – Projeto de Regularização, Organização e Inserção no sistema informatizado de dados, de todos os procedimentos em curso nas Promotorias de Justiça, objetivando uma melhoria organizacional nas PJs e buscando evitar a descontinuidade do trabalho iniciado pelo representante do MP que havia atuado anteriormente.

Esta situação foi agravada com o déficit institucional nas comunidades desassistidas, que posicionou o MPBA entre os piores índices de Membros por 100 (cem) mil habitantes, conforme dados do CNMP.

No Biênio 2016-18 (até fevereiro de 2018), o PROIN ocorreu nas cidades destacadas no mapa abaixo:

Figura 20 - Localidades com PROIN em 2016-18.



### • 2.4 SEMINÁRIOS DE ORIENTAÇÕES FUNCIONAIS – SOF

Com o propósito de fomentar a divulgação da Carta de Brasília e as suas diretrizes estruturantes para a consecução de um Ministério Público Resolutivo, foram adotadas linhas metodológicas no desenvolvimento de Seminários de Orientação Funcional. Essa iniciativa pioneira da Corregedoria-Geral do MPBA foi reconhecida no IV Encontro Nacional do Ministério Público, ocorrido em Curitiba, nos dias 25 a 27/10/2017, como boa prática de gestão.

Nesse novo perfil, o caráter orientador das corregedorias revelou-se fundamental para que houvesse o compartilhamento das ações institucionais, havendo esclarecimento de dúvidas quanto ao cumprimento de resoluções e recomendações, assim como proporcionando atualizações de rotinas funcionais, que induzissem à cultura de circularização do conhecimento e do aperfeiçoamento contínuo.

Assim, a CGMP/BA iniciou o ciclo de Seminários de Orientação Funcional, eventos com duração de 2 dias, com o viés de estreitar o contato entre os Membros e o órgão correicional, detectando in loco a realidade de cada Promotoria Regional, além de garantir parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, a Ouvidoria, os Grupos, Núcleos e Centros de Apoio Operacional, para valorização dos trabalhos desenvolvidos pelos Promotores de Justiça em cada localidade, ou por eles indicados.

Em todos os encontros, foram abordados os desafios da Corregedoria e os meios desenvolvidos para identificá-los e transpô-los, observando também as realidades das regionais envolvidas, em prol da resolutividade proposta na Carta de Brasília.

O I **Seminário de Orientação Funcional** aconteceu nos dias 23 e 24 de março de 2017, na Promotoria Regional de Juazeiro, com a presença dos Promotores de Justiça locais e dos Membros da regional de Senhor do Bonfim, além de integrantes da Corregedoria-Geral: Dr. Marco Antônio Chaves da Silva, Corregedor-Geral; Dr. Paulo Gomes Junior, então Chefe de Gabinete; Dra. Adriana Imbassahy Guimarães Moreira Lagrota, Promotora de Justiça Corregedora; e Tiago Magalhães, Coordenador Técnico.

Houve também o espaço para apresentação das atividades desenvolvidas pelos Dr. Rui Sanches e Dr. Sammuel Luna, Promotores de Justiça com atuação naquela região. Finalizou-se com uma visão geral do Sistema IDEA, conduzida pelo Promotor de Justiça Dr. José Vicente Santos Lima e pelo servidor Adelson Gonzaga, ambos integrantes da Comissão de Organização e Gestão da Informação - COGI.

Figura 21 - I SOF: Juazeiro.



O **II Seminário de Orientação Funcional** ocorreu nos dias 1 e 2 de junho de 2017, no auditório da OAB – Sede Regional de Bom Jesus da Lapa, contando com a presença dos Promotores de Justiça em Estágio Probatório (turma de 2016), bem como outros Membros das Regionais de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Santa Maria da Vitória, além do Juiz Federal Dr. Leonardo Hernandez, de representantes da sociedade local e da presidente da OAB em exercício – Subseção de Bom Jesus da Lapa, Dra. Sandra Regina Xavier Dourado Silva.

Figuras 22 e 23 - II SOF: Bom Jesus da Lapa.



O encontro teve como expositores os Promotores de Justiça Paulo Gomes Júnior, André Bandeira de Melo Queiroz, Mariana Araújo Libório, Romeu Gonsalves Coelho Filho e Alice Koerich Inácio. Além destes, cumprindo o tema ambiental, a Promotora de Justiça Luciana Khoury, o Sr. Eduardo Zenildo Soares (Gerente do IBAMA em Barreiras), o Professor Iremar Barbosa e representantes de entidades afins à causa ambiental, expuseram acerca “Degradação e da Crise Hídrica da Bacia do São Francisco” e “Conflitos e Resistências dos Povos do Cerrado e do São Francisco”.

O **III Seminário de Orientação Funcional**, realizado nos dias 6 e 7 de julho de 2017, na sede do Ministério Público do Estado Bahia, unidade do CAB, com a presença de Procuradores de Justiça, dos Promotores de Justiça com atuações no extrajudicial, na área de família e de fazenda pública de Salvador, Camaçari e Simões Filho. Também presentes os servidores indicados pelas coordenações e alguns convidados como do Dr. Arion Rolim Pereira, Corregedor-Geral do MPPR e Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais, e do Dr. Antônio Gidi, Professor da Syracuse University.

Durante os dois dias, foi debatida a atuação resolutiva do MP, numa iniciativa fomentada pela Corregedoria Nacional, com a apresentação da Carta de Brasília, pelo Dr. Cláudio Portela, que inclusive recebeu uma placa em homenagem a sua profícua gestão como Corregedor Nacional no biênio 2015/17.

Figura 24 - III SOF: Salvador.



Na palestra de abertura, o Prof. Dr. João Maurício Adeodato falou sobre o desafiante papel do Parquet no atual momento de crise, na sua busca de uma reafirmação institucional, sem permitir que aqueles que se supõem os donos do poder conduzam os fatos a uma prevalência de preservação dos espaços de seus grupos de influência específicos, sob a proteção de uma postura retórica conveniente.

A resolutividade, como explanou Dr. Cláudio Portela, Corregedor Nacional, deve ter impacto efetivo na realidade social, com metas bem definidas para atuação do integrante do MP, produzindo a aproximação e o convívio com a comunidade, deslocando-se a campo e ouvindo os anseios da sociedade, resultando em ações concretas, enérgicas, enfáticas e positivas, para fazer cumprir as razões de existir do Ministério Público.

Os membros auxiliares do CNMP, Dr. Gregório Assagra, Dra. Lenna Daher, Dr. Mariano Lauria e Dra. Ludmila Lopes, explanaram sobre o direito fundamental à justiça, avaliação da efetividade do MP, taxonomia das classes extrajudiciais e a estrutura do MP para uma atuação resolutiva, os dois últimos com ampla participação dos membros presentes.

A necessidade de transformação da realidade brasileira através da defesa da ordem jurídica, defesa do regime democrático, defesa dos interesses sociais e defesa dos interesses individuais indisponíveis, foi conduzida na exposição do Dr. Marcelo Goulart, Promotor de Justiça do MPSP, em prol da promoção dos interesses estratégicos da sociedade no campo do sistema de Justiça. Ressaltando a autonomia institucional do MP e a independência do funcional dos integrantes do Parquet como agentes políticos, com atuação uníssona e efetiva.

Figuras 25 e 26 - III SOF: Salvador.



Uma visão das contribuições que uma ação resolutiva pode conferir à atividade ministerial satisfatória pelo membro do MP, segundo a Dra. Joseane Suzart, Promotora de Justiça do MPBA, com destacada atuação na área do consumidor, precisa de uma estrutura adequada, com presença de servidores estimulados, informatização e aparelhamento tecnológico, com o estímulo ao estudo e aperfeiçoamento na carreira, mas, acima de tudo, com a postura ativa e dialógica dos problemas com a sociedade.

Medições justas da atuação funcional, com taxionomia qualitativa, foi o tema de fechamento na explanação do Dr. Marco Antônio Chaves da Silva, Corregedor-Geral do MP/BA, que elencou a evolução do modelo meramente quantitativo (observância apenas numérica da atuação), para uma coleção de referências que perpassam pelo tempo investido no procedimento, a complexidade da ação, os impactos sociais com ênfase no nível de resolutividade, as metas dos projetos de gestão estratégicas cumpridas, o padrão médio de atividades similares, entre outras referências de mérito.

O **IV Seminário de Orientação Funcional** realizou-se em Vitória da Conquista, nos dias 8 e 9 de outubro de 2017, com temas relacionados à área de Saúde. As servidoras da SESAB, Joana Molesine e Liliâne Mascarenhas, destacaram a regionalização da saúde e a Pactuação Programada e Integrada da Saúde, além de abordar a Rede de Atenção Psicossocial. Depois, Dr. Rogério Queiroz, Promotor de Justiça Coordenador do CESAU, enfocou as recentes decisões pela não judicialização dos assuntos da área de saúde.

Figuras 27 e 28 - IV SOF: Vitória da Conquista.



No segundo dia, o Promotor de Justiça Dr. Marcos Coelho, apresentou o Centro de Integração da Criança e do Adolescente e parte do bom trabalho desenvolvido, com intensa negociação com instâncias políticas municipais e estaduais em prol do desenvolvimento de atendimentos multidisciplinares, com mapeamento dos atos infracionais e do conhecimento (e acompanhamento) dos jovens reincidentes.

A Dra. Karinny Peixoto, Promotora de Justiça, fechou o evento explanando a autocomposição como técnica de negociação e mediação em conflitos, importante base de solução atinente aos interesses dos envolvidos na busca por um acordo.

O **V Seminário de Orientação Funcional** transcorreu nos dias 21 e 22 de setembro de 2017, no auditório do Hotel Porto Seguro Eco Bahia, com os Membros integrantes das Regionais de Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Eunápolis, além dos Promotores de Justiça Yuri Lopes Mello, Pablo Antônio Cordeiro de Almeida, Julimar Barreto Ferreira, Luciana Espinheira da Costa Khoury, Cristina Seixas Graça, Fábio Fernandes Corrêa, Heron José de Santana Gordilho e Letícia Campos Baird, e da advogada Dra. Rafaela Alban, Diretora da Associação Brasileira de Advogados – Comissão de Penal e Processo Penal – Bahia.

Na abertura do evento, o Dr. Marco Antônio Chaves da Silva, Corregedor-Geral, abordou os desafios da CGMP na orientação das atividades extrajudiciais, destacando a realidade local, embasado também na recente publicação do CNMP, Ministério Público: um Retrato – 2017. Seguido pela Dra. Cleusa Boyda, Ouvidora-Geral do MPBA, com o tema “Ouvidoria, escuta empática”. Na sequência, o Dr. Paulo Gomes Júnior, Promotor de Justiça, então Chefe de Gabinete da CGMP/BA, expôs breves considerações sobre a Carta de Brasília e também das reais necessidades de avanços dos sistemas ministeriais.

Figuras 29 e 30 - V SOF: Porto Seguro.



O Promotor de Justiça Dr. Fábio Corrêa fechou explanação sobre como atuar de modo resolutivo na área ambiental, destacando o Projeto Arboreto, premiado em seminário internacional, sobre a defesa do Meio Ambiente. Logo após, a Promotora de Justiça Dra. Cristina Seixas abordou a atuação do CEAMA; o Dr. Pablo Almeida, sobre o tema “Resultado: Por que te quero?”, destacando a importância para os Membros do MP do registro de suas produtividades; e a Dra. Luciana Khory expôs sobre o Projeto Município Eco Legal.

Abrindo o segundo dia, o Dr. Maurício Magnavita abordou o TAC Veracel e o Projeto Saneamento – Regularização do Uso de Água. Logo após, a transação no Direito Penal Ambiental foi aprofundada pelo Dr. Heron Gordilho e, fechando os quadros, a Dra. Rafaela Alban exibiu as peculiaridades processuais nos crimes ambientais, na visão da advocacia especializada.

O **VI Seminário de Orientação Funcional** aconteceu em Feira de Santana, nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, no auditório da sede do MP em Feira de Santana, com os Membros integrantes da Regional de Feira de Santana, além dos Promotores de Justiça Valmiro Santos Macedo, Clodoaldo Silva da Anunciação, José Vicente Santos Lima e Cíntia Crusoé Guanaes Gomes Soares.

Figuras 31 e 32 - VI SOF: Feira de Santana.



Figura 33 - VI SOF: Feira de Santana.



A Dra. Cleusa Boyda de Andrade, Ouvidora-Geral do MPBA, expôs o tema “Manifestações Anônimas e Sigilosas: Distinções e a Necessidade de Apuração”.

Na sequência, Dr. Paulo Gomes Júnior, Promotor de Justiça Corregedor, então Chefe de Gabinete da CGMP/BA, expôs o tema “Resolutividade na Atuação Ministerial com base na Carta de Brasília e nas Resoluções do CNMP referentes à atuação extrajudicial”.

A temática do seminário foi o MP na defesa da educação, tendo o Dr. Valmiro Macedo palestrado acerca dos Projetos e das Ações Estratégicas do CEDUC. O Dr. Clodoaldo Anunciação abordou o tema “MP como Indutor da Cidadania Plena”. A Dra. Cíntia Guanaes apresentou o “Projeto da Educação Inclusiva”. E, para fechar o primeiro dia, o Dr. José Vicente Lima falou sobre “As Premissas da Autorização para Funcionamento de Instituições de Ensino”.

A manhã do dia 20 concentrou a participação dos Membros integrantes da Regional local. Dra. Mônia Ghignone desenvolveu o tema “As ações do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública”. O Dr. Alex Santana Neves falou sobre o “Projeto Laboratório Maria da Penha”, que trabalha o conhecimento da lei e o problema social da violência de gênero. Por fim, Dra. Luciana Macedo dos Santos destacou o “Projeto Transparência nas Contas Públicas e a Necessidade do Desenvolvimento na População da Cultura da Fiscalização das Contas públicas e Acompanhamento dos Portais de Transparência das Prefeituras e das Câmaras Municipais”.

O **VII Seminário de Orientação Funcional** realizou-se em Salvador, na Sala de Sessões de Órgão Especial, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018, com o tema “MP: Infância e Juventude como Prioridade”, e contou com a presença de Membros com atuação na área da Infância e Juventude, integrantes das Promotorias e Varas de Salvador e das Regionais de Camaçari e de Simões Filho, bem como das 1ª e 2ª Varas Especializadas em Crimes Contra a Criança e o Adolescente.

Figura 34 e 35 - VII SOF: Salvador.



O Corregedor-Geral do MP/SP, Dr. Paulo Afonso Garrido, falou sobre a ‘História recente do Estatuto da Criança e do Adolescente’. Ele explicou que a elaboração de normas jurídicas de proteção da infância e juventude passou por quatro fases distintas: na primeira fase, crianças e adolescentes não interessavam ao mundo jurídico. Já na segunda, crianças e adolescentes começaram a chamar a atenção do direito enquanto autores de crimes ou contravenções penais. Posteriormente, eles passaram a ser vistos como portadores de patologias na sociedade e, na última e atual fase, – conhecida como ‘A Era do Direito’ – os jovens passaram a ser vistos como sujeitos de direitos.

A programação contou ainda com a palestra sobre “Lei da Escuta Especializada”, ministrada pelo Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Dr. Murillo José Digiacomo, que discorreu acerca da Lei nº. 13.431/2017, que estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência.

A agenda contou com a Dra. Ana Bernadete, Promotora de Justiça do MP/BA, abordando o tema “Crianças e adolescentes vitimizados”, e “Serviços de apoio técnico às PJs da Infância e Juventude”, com as servidoras do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), Eunice Bastos e Luciana França.

Por fim, Dr. Marcos Almeida Coelho, Promotor de Justiça do MP/BA, que, discutindo o tema “CIAC e a atuação na PJ da Infância e Juventude em Vitória da Conquista”, expôs sua experiência na concepção do Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente; e o Dr. André Bandeira de Melo Queiroz, Promotor de Justiça do MP/BA, Membro Auxiliar da Corregedoria do Ministério Público, palestrou acerca da sua “Atuação na PJ da Infância e Juventude em Luiz Eduardo Magalhães”, onde promoveu gestões junto à prefeitura municipal, às autoridades locais e à iniciativa privada, para implementação do Programa Família Acolhedora, bem como à construção do abrigo municipal.

O **VIII Seminário de Orientação Funcional** teve ‘A responsabilidade penal da pessoa jurídica’ como tema de abertura no dia 22 de março do

ano fluente, na sede da Instituição, no CAB. O procurador de Justiça do Estado do Paraná Paulo César Busato falou sobre o tema ‘Razões político-criminais para a responsabilidade penal da pessoa jurídica’. O procurador de Justiça destacou que diversos países vêm adotando a responsabilidade penal da pessoa jurídica e o futuro das penas encontra-se na restrição de direitos. Logo depois, o advogado e professor Sebastián Borges falou sobre ‘Responsabilidade penal individual no âmbito da pessoa jurídica’. Pela tarde, a programação contou com as palestras ‘Dados informáticos: A nova fronteira da investigação e da instrução probatória’, ministrada pelo promotor de Justiça Fabrício Patury; ‘Novos riscos, investigação telemática e o direito penal de emergência’, ministrada pela advogada e professora Rafaela Alban; ‘A excelência da persecução em juízo e o controle da investigação’, apresentado pelo promotor de Justiça Gilberto Amorim Júnior; e ‘Percepções do contraditório em ações penais de crimes econômico-financeiros’, com a advogada e professora Thaís Bandeira.

Figuras 36 e 37 - VIII SOF: Salvador.



No dia 23, houve exposição do painel ‘A tendência da não judicialização de conflitos penais’, que contou com as palestras de Rodrigo Cabral, Promotor de Justiça do estado do Paraná, abordando o tema “As Resoluções 181 e 183 do CNMP e suas repercussões na atuação criminal. No mesmo painel, foi ministrada explanação acerca da “Arguição de inconstitucionalidade da Resolução 181 do CNMP”, pelo advogado e professor Fernando Santana.

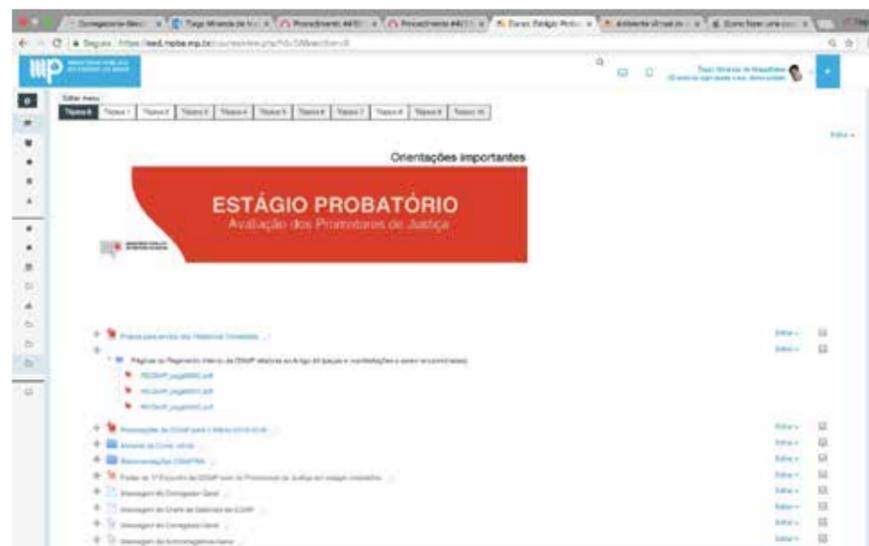
## 2.5 ACOMPANHAMENTO INFORMATIZADO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Os Promotores de Justiça da Turma de 2016 foram os primeiros membros submetidos ao acompanhamento informatizado do Estágio Probatório, através do uso da Plataforma de EAD do MP/BA (AVA/ Moodle).

Figura 38 - Tela de Plataforma EAD.



Figura 39 - Tela da Sala da Turma 2016.



A metodologia de acompanhamento incluiu a disponibilidade de todas as peças produzidas, permitindo aos Membros Corregedores a avaliação efetiva do teor do material produzido por cada Promotor de Justiça Substituto, acelerando, com isso o acesso aos pronunciamentos elaborados, com ampla orientação dos Corregedores, além da economia na necessidade de postagem e na impressão e folhas de papel, proporcionada por tal iniciativa.

Todos os relatórios trimestrais tiveram espaço para tramitação na sala virtual da CGMP, com agilidade na avaliação e nas devolutivas, com a produção de procedimentos virtuais

para análise das certidões, planilhas, partes narrativas e demais componentes dos Relatórios Trimestrais, com rápida orientação e expedição individualizada de recomendações para melhoria da atuação dos Membros. Este dinamismo da tecnologia ainda permitiu o revezamento entre os Corregedores no acompanhamento de cada Promotor em Estágio Probatório.

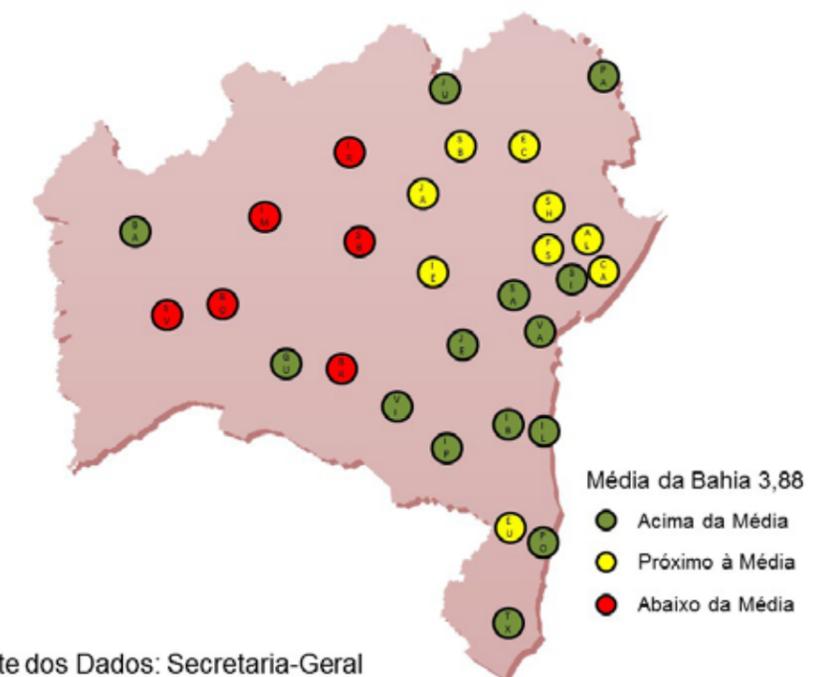
Por fim, foram realizadas audiências antes do encaminhamento ao Conselho Superior do MPBA do parecer da CGMP acerca do vitaliciamento na carreira, com a presença do Corregedor-Geral, da Promotora de Justiça Secretária Geral da CGMP, do PJ Substituto e do membro auxiliar que o avaliou por maior período, visando dialogar sobre os aspectos positivos observados durante a trajetória e a importância de novos ajustes para o alcance do perfil ideal para o MPBA.

## 2.6 ESTUDO ACERCA DA DESATIVAÇÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA NO INTERIOR

Com a publicação da Resolução nº. 06/17 do TJBA, que desativou Comarcas e Varas de Entrância Inicial em todo o nosso Estado, o Ministério Público teve que se adequar à nova realidade jurisdicional que se apresentava.

A iniciativa do TJ implicou na adoção de medidas pelo MP/BA, tendo a Corregedoria-Geral apresentado ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores um estudo técnico acerca do impacto da desativação das respectivas Promotorias de Justiça, considerando, sobretudo, o déficit existente entre o número de Promotores de Justiça por habitantes nas PJs em desativação com respectivas Regional e da Promotoria de Justiça agregadora.

Figura 40 - Mapa gráfico com a média dos Promotores de Justiça para 100 mil habitantes.



Fonte dos Dados: Secretaria-Geral

### 3. AGENDA DA CORREGEDORIA-GERAL

O Corregedor-Geral e/ou a Subcorregedora-Geral participaram de diversos eventos, visando o estreitamento das relações institucionais.

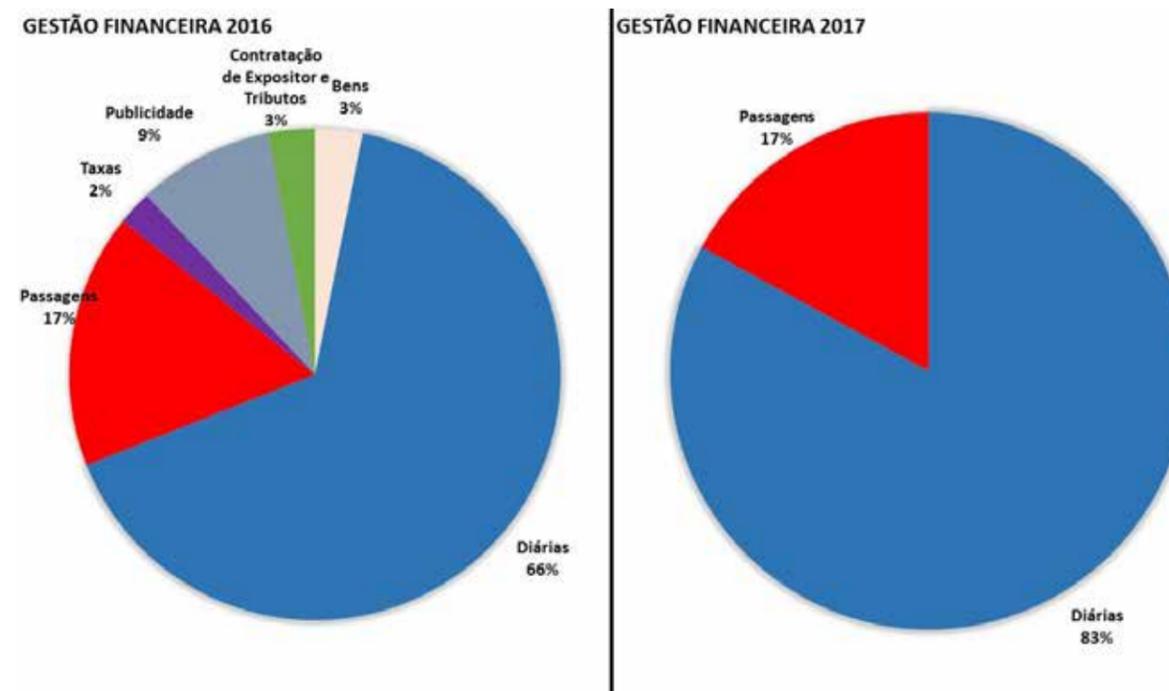
BIÊNIO 2016/2018	EVENTO	CORREGEDOR GERAL / SUBCORREGEDORA
Junho/2016	Encontro com a Corregedora das Comarcas do Interior do TJ-BA	Dr. Marco Antônio e Dra. Terezinha Lôbo
Agosto/2016	103ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Rio Grande do Sul	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Agosto/2016	Inauguração da sede da Corregedoria Geral em Barreiras	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Agosto/2016	Solenidade 6ª Região Militar do Exército	Dra. Terezinha Maria Lôbo Santos
Setembro/2016	104ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Tocantins	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Setembro/2016	7º Congresso de Gestão do MP – Brasília	Dra. Terezinha Maria Lôbo Santos
Novembro/2016	105ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Pará	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Dezembro/2016	Encontro dos Promotores em estágio probatórios	Dr. Marco Antônio e Dra. Terezinha Lôbo
Fevereiro/2017	I Ciclo de Correições da CN – Cuiabá	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Março/2017	106ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Curitiba	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Março/2017	I Seminário de Orientação Funcional – Juazeiro	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Maio/2017	107ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Maceió	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Maio/2017	Reunião de Planejamento do Plano Plurianual (PPA)	Dra. Terezinha Maria Lôbo Santos
Junho/2017	II Seminário de Orientação Funcional – Bom Jesus da Lapa	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Julho/2017	III Seminário de Orientação Funcional – Salvador	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Agosto/2017	8º Congresso de Gestão do MP – Brasília	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Agosto/2017	108ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Natal	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Setembro/2017	IV Seminário de Orientação Funcional – Vitória da Conquista	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Setembro/2017	Congresso Nacional do MP – Belo Horizonte	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Setembro/2017	V Seminário de Orientação Funcional – Porto Seguro	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva

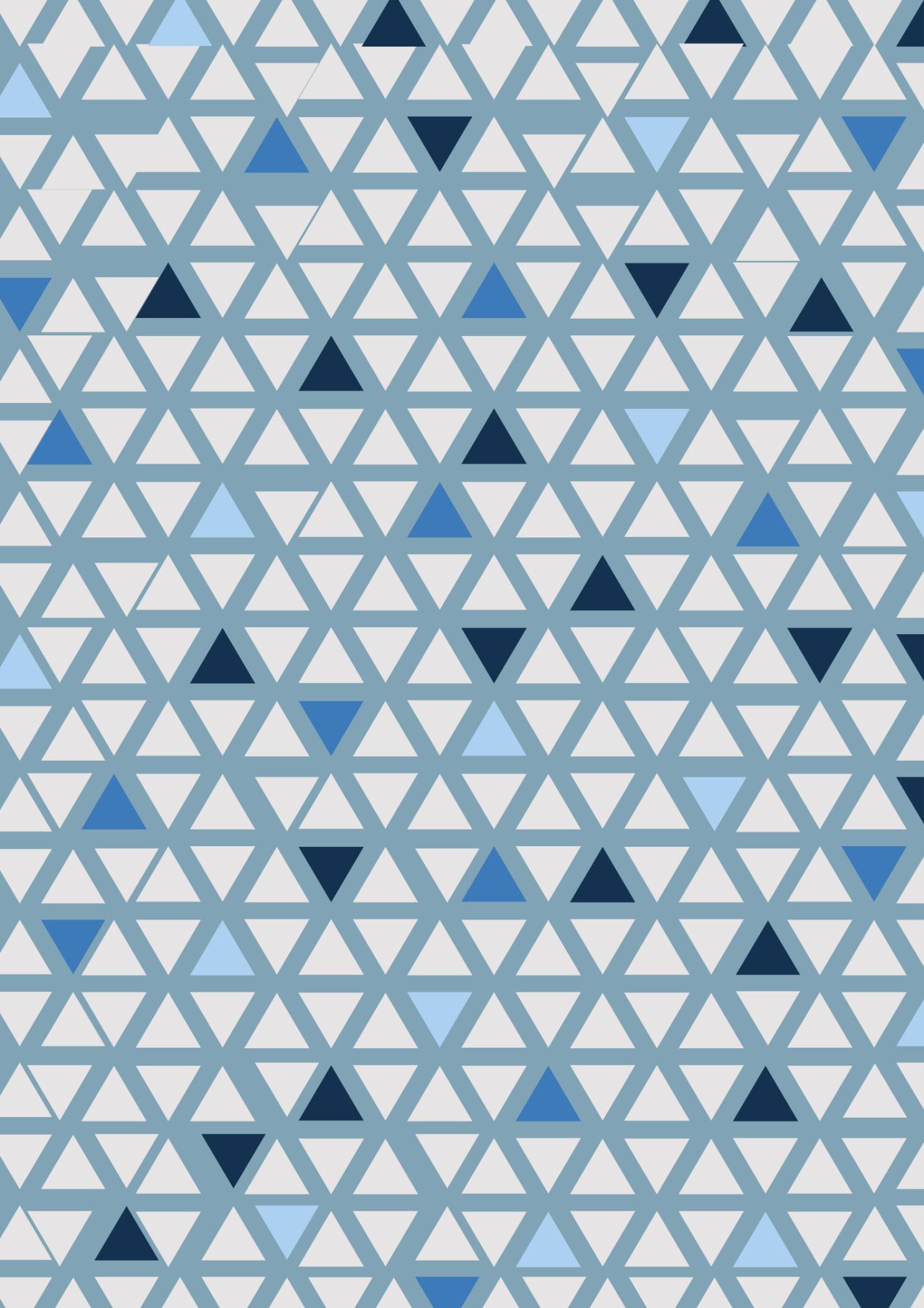
Outubro/2017	VI Seminário de Orientação Funcional – Feira de Santana	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Novembro/2017	109ª Reunião Ordinária do CNCGMP – Porto Velho	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Novembro/2017	5º Encontro Estudantil da Rede Estadual	Dra. Terezinha Maria Lôbo Santos
Fevereiro/2018	VII Seminário de Orientação Funcional – Salvador	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva
Março/2018	VIII Seminário de Orientação Funcional – Salvador	Dr. Marco Antônio Chaves da Silva

### 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CGMP

Com cenário de crise financeira enfrentado pelo Brasil em 2016 e 2017, com reflexos ainda em 2018, houve no MP/BA dois cortes orçamentários em 2016 e 2017. Apesar disso, a CGMP/BA, seguindo seu Plano Diretor, conseguiu executar 89,34% do seu orçamento, conforme dados do Sistema de Governança do MP/BA (gerido no Software Channel).

Figura 41 - Percentuais da Gestão Financeira 2016-17.





## MENSAGEM FINAL: CAMINHANDO COM A CORREGEDORIA – ADALBERTO DÓREA

---

Vivemos os novos tempos,  
Tempos de grandes mudanças,  
De dolorosas injustiças,  
De profundas reflexões.  
A luta é árdua, sem tréguas,

Precisamos ser valentes,  
Bravos guerreiros,  
Os inimigos não descansam,

Muitos são poderosos,  
Querem a felicidade somente  
Para si mesmos, não importam  
Os obstáculos do caminho.

Fico a sonhar com a alegria  
No sorriso de tanta gente triste,  
Na violência desmedida das ruas,  
Na sordidez dos que fazem as leis  
Para o próprio bem, nas riquezas  
Imensuráveis roubadas do sofrimento.

Então lembro que há esperança ainda,  
O Ministério Público está atento,  
Sabe do seu valioso papel social,  
Das batalhas que tem de travar,  
Todos os dias, para brilhar a verdade,  
Praticar a justiça, combater o mal.

Nessa missão, sabe Deus, é indispensável  
Sabedoria, bom-senso, não extrapolarmos,  
Em nenhum momento, os ditames da lei.



